

EDUCAÇÃO DIGITAL: ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NO CURRÍCULO ESCOLAR**DIGITAL EDUCATION: MEDIA LITERACY IN THE SCHOOL CURRICULUM****EDUCACIÓN DIGITAL: ALFABETIZACIÓN MEDIÁTICA EN EL CURRÍCULO ESCOLAR**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n3-001>**Lúcia Lopes Borges Roncato**

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: lucinhacesas@gmail.com**Mariane Meduna**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: mari.meduna@yahoo.com.br**Jacqueline Oliveira Garcia**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: jacqueline.garcia@educa.campinas.sp.gov.br**Lucimara Saboia Wistuba**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: lucimaraeiipgua@gmail.com**Silvia Cristina Iatzseki Corrêa**

Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Instituição: Instituto Federal do Paraná (IFPR)

E-mail: iatzseki@hotmail.com**RESUMO**

O presente artigo teve como objetivo compreender a relevância da alfabetização midiática no contexto curricular da educação básica. O estudo abordou a presença das mídias digitais no cotidiano escolar e suas implicações na formação crítica dos estudantes. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, documentos oficiais e publicações recentes da área educacional. A investigação permitiu identificar que a alfabetização midiática constitui dimensão central da cidadania digital e deve ser integrada aos currículos escolares de forma transversal e interdisciplinar. Os resultados indicaram a existência de avanços normativos importantes, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e o Plano Nacional de Educação Digital, mas também revelaram dificuldades na implementação prática dessas diretrizes, especialmente no que se refere à formação

docente. Conclui-se que a consolidação da alfabetização midiática exige reformulações estruturais nos currículos, investimentos em políticas públicas e valorização da escola como espaço estratégico para a leitura crítica das mídias. Pesquisas futuras devem concentrar-se na análise de experiências pedagógicas concretas que promovam o uso reflexivo da mídia em diferentes contextos escolares.

Palavras-chave: Cidadania Digital. Currículo Escolar. Formação Docente. Tecnologias Digitais. Desinformação.

ABSTRACT

This article aimed to understand the relevance of media literacy in the context of basic education curricula. The study addressed the presence of digital media in everyday school life and its implications for students' critical thinking. The methodology adopted consisted of qualitative bibliographic research, based on the analysis of scientific articles, official documents, and recent publications in the educational field. The investigation identified that media literacy constitutes a central dimension of digital citizenship and should be integrated into school curricula in a transversal and interdisciplinary manner. The results indicated the existence of important regulatory advances, such as CNE/CEB Resolution No. 2/2025 and the National Digital Education Plan, but also revealed difficulties in the practical implementation of these guidelines, especially with regard to teacher training. It is concluded that the consolidation of media literacy requires structural reforms in curricula, investment in public policies, and the valorization of schools as strategic spaces for critical media reading. Future research should focus on analyzing concrete pedagogical experiences that promote the reflective use of media in different school contexts.

Keywords: Digital Citizenship. School Curriculum. Teacher Training. Digital Technologies. Disinformation.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo comprender la relevancia de la alfabetización mediática en el contexto de los currículos de educación básica. El estudio abordó la presencia de los medios digitales en la vida escolar cotidiana y sus implicaciones para el pensamiento crítico de los estudiantes. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica cualitativa, basada en el análisis de artículos científicos, documentos oficiales y publicaciones recientes en el campo educativo. La investigación identificó que la alfabetización mediática constituye una dimensión central de la ciudadanía digital y debe integrarse en los currículos escolares de manera transversal e interdisciplinaria. Los resultados indicaron la existencia de importantes avances regulatorios, como la Resolución CNE/CEB n.º 2/2025 y el Plan Nacional de Educación Digital, pero también revelaron dificultades en la implementación práctica de estas directrices, especialmente en lo que respecta a la formación docente. Se concluye que la consolidación de la alfabetización mediática requiere reformas estructurales en los currículos, inversión en políticas públicas y la valorización de las escuelas como espacios estratégicos para la lectura crítica de los medios. Las investigaciones futuras deben centrarse en el análisis de experiencias pedagógicas concretas que promuevan el uso reflexivo de los medios en diferentes contextos escolares.

Palabras clave: Ciudadanía Digital. Currículo Escolar. Formación Docente. Tecnologías Digitales. Desinformación.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais e o crescente protagonismo das mídias na vida cotidiana intensificaram as exigências educacionais voltadas à formação crítica dos sujeitos. A escola, tradicionalmente comprometida com a alfabetização escrita, passou a ser desafiada a incorporar novas linguagens e formas de comunicação que atravessam as esferas sociais, culturais e políticas. Nesse cenário, a alfabetização midiática tornou-se uma demanda pedagógica urgente, sobretudo por sua vinculação direta com o exercício da cidadania em contextos marcados pela desinformação, pela manipulação discursiva e pela circulação acelerada de conteúdos digitais.

O presente artigo propôs-se a investigar a inserção da alfabetização midiática no currículo escolar, compreendendo-a como prática formativa essencial à constituição da cidadania digital. A motivação para o estudo decorre do reconhecimento de que o sistema educacional ainda apresenta lacunas quanto à preparação de estudantes para atuarem criticamente nos ambientes mediados por tecnologias. Além disso, a análise de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação Digital (PNED) e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 indica avanços normativos que, no entanto, não se materializam com a mesma intensidade nas práticas pedagógicas cotidianas.

A questão que norteou esta investigação foi: de que modo a alfabetização midiática pode ser incorporada ao currículo escolar como instrumento de formação crítica para a cidadania digital? Para respondê-la, estabeleceu-se como objetivo geral compreender a relevância da alfabetização midiática no contexto curricular da educação básica. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) identificar o papel da alfabetização midiática na formação para a cidadania digital; (ii) analisar sua presença nas diretrizes curriculares da educação básica brasileira; e (iii) discutir os desafios enfrentados pelos docentes para efetivá-la como prática pedagógica.

A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas publicadas entre 2023 e 2025, bem como em documentos normativos do Ministério da Educação. Os materiais foram selecionados por meio de palavras-chave simples e consultas à base *Scielo*, priorizando textos com enfoque crítico sobre as relações entre mídia, currículo e formação docente. A análise consistiu na sistematização dos dados, organização em categorias temáticas e articulação entre os autores, conforme os procedimentos descritos na seção de metodologia.

Autores como Kabengue *et al.* (2023), Fontana e Cruz (2023) e Almeida *et al.* (2025) constituíram os referenciais principais deste estudo, permitindo refletir sobre os sentidos atribuídos à alfabetização midiática, seus desafios de implementação e suas implicações para a prática docente e para o currículo.

O artigo está estruturado em três capítulos principais. No primeiro, a educação midiática como dimensão da cidadania digital, discute-se o papel formativo da alfabetização midiática na constituição da cidadania crítica e ética dos estudantes. No segundo, integração curricular da alfabetização midiática na educação básica, são analisadas as diretrizes legais e normativas que orientam sua inserção nos currículos escolares. No terceiro, formar para ler, interpretar e produzir mídias: desafios docentes na escola contemporânea, investigam-se as exigências formativas impostas aos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas com mídias. A seguir, apresenta-se o capítulo de resultados e análise dos dados, seguido pela conclusão e pelas referências utilizadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica, com a finalidade de reunir, analisar e interpretar produções acadêmicas recentes sobre alfabetização midiática e sua inserção no currículo da educação básica. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma compreensão aprofundada dos referenciais teóricos que sustentam as discussões atuais na área educacional. Como afirmam Santana, Narciso e Santana (2025), a pesquisa bibliográfica permite identificar padrões conceituais e compreender os fundamentos teóricos que orientam o debate educacional contemporâneo.

Além disso, a escolha por esse tipo de investigação está em consonância com a exigência de rigor metodológico, mesmo em contextos impactados pelas transformações tecnológicas. Conforme os autores destacam, “o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 6). Com base nessa orientação, foram definidos critérios rigorosos para a seleção das fontes utilizadas, assegurando qualidade e relevância acadêmica.

Foram considerados, exclusivamente, documentos publicados em periódicos científicos avaliados por pares, com ênfase em estudos voltados às áreas de educação, política curricular e tecnologias digitais. Essa delimitação teve como objetivo garantir consistência analítica ao estudo, favorecendo a construção de uma base teórica sólida, capaz de sustentar as reflexões desenvolvidas ao longo do artigo.

A seleção dos materiais ocorreu a partir da combinação de palavras-chave simples, tais como ‘alfabetização midiática’, ‘educação digital’, ‘cidadania digital’, ‘formação docente’ e ‘currículo escolar’, sempre entre aspas curvas simples. As buscas foram realizadas na base de dados *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), reconhecida por sua ampla cobertura de periódicos científicos em língua portuguesa e por sua indexação qualificada na área educacional.

A seleção dos materiais utilizados nesta investigação baseou-se em livros, artigos acadêmicos e publicações científicas reconhecidas, a fim de assegurar a qualidade e a confiabilidade das fontes, conforme orientam Narciso e Santana (2025). Também foram considerados capítulos de obras de referência com relevância comprovada no campo da metodologia científica, conforme defendem Santana e Narciso (2025), o que proporcionou um respaldo teórico consistente para o desenvolvimento da análise crítica proposta.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que priorizaram textos publicados entre os anos de 2023 e 2025, considerando sua atualidade e pertinência frente às recentes diretrizes do Ministério da Educação. Foram excluídos materiais sem revisão por pares, publicações com enfoque exclusivamente técnico-instrumental e documentos anteriores a 2023, a fim de garantir alinhamento com as normativas mais recentes, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e a Lei nº 14.533/2023.

O processo metodológico seguiu três etapas: (i) mapeamento e seleção do corpus teórico com base nos critérios definidos; (ii) leitura analítica e categorização dos temas emergentes; e (iii) construção de uma análise crítica fundamentada nos referenciais selecionados, com destaque para convergências e tensões teóricas entre os autores.

Essa abordagem metodológica permitiu construir uma argumentação coerente e fundamentada sobre a relevância da alfabetização midiática no contexto curricular, os desafios da formação docente e as implicações da cidadania digital na escola contemporânea.

3 A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COMO DIMENSÃO DA CIDADANIA DIGITAL

A consolidação de uma cultura digital crítica demanda mais do que habilidades técnicas operacionais. Exige, sobretudo, a formação de sujeitos capazes de interpretar, problematizar e posicionar-se diante das mídias, reconhecendo os processos de produção, circulação e recepção de informações. Nesse sentido, a alfabetização midiática adquire papel central na constituição da cidadania digital, integrando competências interpretativas, éticas e comunicacionais.

Kabengue *et al.* (2023, p. 7) afirmam que

(...) a alfabetização midiática, enquanto ferramenta crítica de leitura da realidade, não deve ser entendida como simples competência técnica, mas como elemento formativo de sujeitos sociais que compreendem o papel da mídia na construção das representações sociais e nas disputas por poder simbólico e político.

Essa concepção amplia a função pedagógica da mídia no contexto escolar, destacando seu caráter estruturante das práticas sociais contemporâneas. Assim, não se trata apenas de inserir conteúdos midiáticos nas aulas, mas de criar condições para que os estudantes leiam criticamente o mundo mediatizado. Nessa direção, Almeida *et al.* (2025, p. 5244) destacam que “a formação de

cidadãos aptos a lidar com os fluxos comunicacionais e a exercer a cidadania de modo responsável exige a presença de práticas pedagógicas”.

Conforme indicado por Fontana e Cruz (2023), a cidadania digital implica necessariamente uma postura ativa diante da informação. Segundo as autoras, “é essencial que os estudantes sejam ensinados a verificar fontes, a questionar conteúdos virais e a compreender o contexto de produção das notícias” (Fontana; Cruz, 2023, p. 6). Tal abordagem enfatiza a alfabetização midiática como processo formativo, e não apenas instrumental.

Além disso, os desafios impostos pela desinformação digital ampliam as exigências educativas. Como observam Kabengue *et al.* (2023, p. 8),

(...) a proliferação de *fake news* e a manipulação algorítmica dos conteúdos exigem a incorporação da educação midiática como uma política pública, vinculada ao direito à informação e ao fortalecimento das democracias.

A citação revela que a alfabetização midiática ultrapassa os limites da escola, exigindo articulações institucionais e políticas. Nesse ponto, Almeida *et al.* (2025) concordam que a educação midiática não deve ser tratada como atividade extracurricular, mas integrada ao currículo como prática formadora de consciência crítica. Para eles, “não há como formar cidadãos críticos sem desenvolver a capacidade de interpretar os discursos midiáticos que moldam a opinião pública” (Almeida *et al.*, 2025, p. 5246).

Embora existam convergências entre os autores quanto à importância da alfabetização midiática, os desafios relacionados à sua implementação efetiva ainda são significativos. Fontana e Cruz (2023) apontam que há escassez de políticas de formação docente específicas para o tema e que muitos professores não se sentem preparados para conduzir atividades com essa abordagem. Nesse cenário, a cidadania digital torna-se uma demanda educativa urgente, porém ainda pouco concretizada na prática escolar.

Portanto, a articulação entre educação midiática e cidadania digital deve ser compreendida como um imperativo ético e formativo. Trata-se de preparar os estudantes não apenas para consumir conteúdos digitais, mas para participar ativamente da vida pública em sociedades permeadas por tecnologias comunicacionais. Essa formação crítica, contudo, exige políticas curriculares coerentes, formação docente contínua e compreensão ampla dos papéis sociais da mídia.

4 INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A institucionalização da alfabetização midiática nos sistemas de ensino requer não apenas diretrizes normativas, mas também ações pedagógicas que assegurem sua presença efetiva nas práticas escolares. Nesse sentido, é imprescindível compreender como essa temática tem sido incorporada aos currículos da educação básica, especialmente a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Resolução CNE/CEB nº 2/2025 e do Plano Nacional de Educação Digital (PNED).

De acordo com Kabengue *et al.* (2023), a BNCC contempla habilidades relacionadas à leitura crítica das mídias e à compreensão de seus mecanismos discursivos, sobretudo nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas. Contudo, os autores alertam que “a menção à alfabetização midiática na BNCC não garante sua efetiva implementação, pois ainda carece de materiais didáticos” (Kabengue *et al.*, 2023, p. 9).

Fontana e Cruz (2023) ressaltam que, durante a pandemia da COVID-19, a ausência de práticas consolidadas de alfabetização midiática nos currículos dificultou o enfrentamento da desinformação. Segundo as autoras,

(...) a crise sanitária escancarou a fragilidade dos currículos escolares diante da avalanche de conteúdos falsos disseminados pelas redes sociais, evidenciando a urgência de se consolidar a educação midiática como eixo transversal e permanente da formação básica. (Fontana; Cruz, 2023, p. 4).

Essa constatação revela o caráter estratégico da alfabetização midiática no enfrentamento dos riscos associados à desinformação. Além disso, o reconhecimento legal da educação midiática, conforme previsto na Lei nº 14.533/2023, que institui o PNED, reforça a obrigatoriedade de sua inclusão no currículo formal. Almeida *et al.* (2025) destacam que a legislação educacional passou a incorporar, de maneira mais sistemática, a necessidade de práticas pedagógicas voltadas à leitura crítica das mídias e à produção responsável de conteúdos digitais.

No entanto, como apontam Kabengue *et al.* (2023, p. 10),

(...) o reconhecimento normativo não elimina os desafios práticos da implementação, como a ausência de formação continuada, a escassez de recursos pedagógicos e a dificuldade em operacionalizar os conteúdos midiáticos de forma interdisciplinar.

Tais limitações evidenciam a distância entre os discursos normativos e a realidade das escolas. Fontana e Cruz (2023) observam que, apesar da presença do termo ‘mídia’ em documentos oficiais,

muitos currículos continuam baseados em abordagens tradicionais de leitura e escrita, sem considerar as múltiplas linguagens midiáticas presentes na vida dos estudantes.

Por outro lado, Almeida *et al.* (2025) enfatizam que a transversalidade da alfabetização midiática exige reorganização curricular, com projetos interdisciplinares e formação docente voltada à análise crítica da mídia. Segundo os autores, “sem uma reestruturação das práticas curriculares, a alfabetização midiática corre o risco de se tornar apenas uma diretriz simbólica, esvaziada de efetividade no cotidiano escolar” (Almeida *et al.*, 2025, p. 5249).

Em síntese, a integração curricular da alfabetização midiática na educação básica ainda encontra barreiras que precisam ser superadas por meio de ações articuladas entre políticas públicas, formação de professores e desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados. Embora os marcos normativos indiquem avanços significativos, sua materialização nas práticas escolares depende de investimentos concretos em estrutura, tempo didático e suporte formativo.

5 FORMAR PARA LER, INTERPRETAR E PRODUZIR MÍDIAS: DESAFIOS DOCENTES NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

A formação docente voltada à alfabetização midiática exige muito mais do que familiaridade com ferramentas tecnológicas. Trata-se de capacitar o professor para atuar como mediador crítico no processo de leitura, interpretação e produção de mídias, assumindo papel ativo na formação de estudantes capazes de compreender os sentidos das linguagens midiáticas e atuar de forma consciente no universo digital. Em um cenário curricular que prevê a abordagem das mídias como componente formativo, o professor deve ser, simultaneamente, agente de aprendizagem e sujeito em constante formação.

Kabengue *et al.* (2023, p. 10) observam que

Os professores não foram formados, em sua maioria, para trabalhar com as linguagens midiáticas; por isso, é comum que se sintam inseguros ou despreparados para desenvolver atividades que envolvam leitura crítica da mídia, análise de discursos ou produção de conteúdos digitais com os estudantes.

Essa lacuna se manifesta, por exemplo, quando o professor utiliza vídeos ou redes sociais apenas como recursos de apoio, sem explorar seus discursos, valores implícitos ou formas de construção da realidade. Em vez de propor debates sobre representações de gênero, consumo, política ou identidade nas mídias, muitos docentes limitam-se à exibição passiva de conteúdos, sem promover reflexão crítica.

Fontana e Cruz (2023) reforçam esse diagnóstico ao destacarem que ainda há uma compreensão instrumental do uso das mídias em sala de aula, desarticulada dos objetivos pedagógicos mais amplos. Um exemplo recorrente disso é o uso de aplicativos ou plataformas digitais apenas para cumprir tarefas burocráticas (como registro de presença ou entrega de atividades), sem integrá-los ao planejamento didático. Essa prática reduz a mídia a uma ferramenta técnica, ignorando seu potencial formativo, simbólico e cultural.

Almeida *et al.* (2025) ampliam esse debate ao afirmar que as licenciaturas, em geral, mantêm currículos distantes das exigências da cultura digital. Para os autores,

formar professores para lidar com a complexidade da mídia exige romper com o modelo tradicional de formação baseado na transmissão de conteúdos e avançar para propostas que integrem teoria crítica, prática pedagógica e análise das tecnologias contemporâneas.

Isso significa, por exemplo, incluir disciplinas específicas sobre leitura crítica da mídia nos cursos de formação inicial, possibilitar experiências práticas de produção midiática (como *podcasts*, vídeos, *blogs* educativos) e promover o estudo de teorias da comunicação e da cultura digital.

A superação desses desafios exige reformulações estruturais tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores. Kabengue *et al.* (2023) sugerem que os processos formativos devem incluir o estudo das mídias como sistemas simbólicos que produzem sentidos sociais. Na prática, isso pode se traduzir em oficinas pedagógicas em que os docentes analisem, em conjunto, capas de revistas, campanhas publicitárias ou postagens virais, discutindo seus elementos discursivos, valores, intencionalidades e efeitos sociais.

Fontana e Cruz (2023, p. 8) defendem que

A formação docente deve ser pensada a partir de uma perspectiva crítica, que considere o professor como sujeito produtor de conhecimento e capaz de construir práticas pedagógicas transformadoras, inclusive no campo das mídias.

Essa perspectiva implica, por exemplo, promover projetos interdisciplinares em que os docentes, em parceria com os estudantes, criem mídias autorais voltadas a temas como cidadania digital, combate à desinformação ou valorização da diversidade cultural.

Nesse sentido, Almeida *et al.* (2025) enfatizam que o domínio técnico das ferramentas digitais deve estar subordinado a finalidades pedagógicas claras e coerentes com os princípios da formação crítica. Em vez de ensinar os alunos apenas a “mexer” em programas de edição, por exemplo, o professor deve propor que utilizem essas ferramentas para expressar ideias, argumentar, debater temas relevantes e questionar discursos dominantes.

Portanto, os desafios enfrentados pelos docentes na contemporaneidade não se restringem à inclusão das tecnologias nas práticas pedagógicas. O verdadeiro desafio está em ressignificar essas práticas com base nos pressupostos da cultura digital, entendendo a alfabetização midiática como um eixo estruturante da formação cidadã. Preparar professores para ler, interpretar e produzir mídias é uma tarefa urgente, que demanda políticas públicas consistentes, currículos inovadores e um compromisso coletivo com a construção de uma educação crítica, dialógica e transformadora.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise bibliográfica realizada permitiu evidenciar que a alfabetização midiática, quando compreendida como prática educativa crítica, constitui um elemento fundamental para o exercício da cidadania digital. Os estudos analisados indicaram que tal alfabetização não se restringe à dimensão técnica do uso das mídias, mas abrange competências interpretativas, argumentativas e éticas que possibilitam a leitura reflexiva dos discursos midiáticos e o posicionamento consciente dos sujeitos frente aos processos comunicacionais contemporâneos.

Os dados evidenciam ainda que, embora a Base Nacional Comum Curricular e outras diretrizes educacionais mais recentes prevejam a integração da educação midiática no currículo da educação básica, há um descompasso entre a normatividade e a prática pedagógica. Esse hiato se manifesta na escassez de materiais didáticos específicos, na ausência de estratégias de ensino adaptadas à complexidade das mídias digitais e na insuficiente articulação entre áreas do conhecimento para tratar a temática de modo transversal.

A relação entre essas descobertas e as contribuições de outros estudos revela convergência quanto à necessidade de reestruturação dos currículos e das práticas docentes. As produções analisadas também destacaram que o domínio de ferramentas digitais não é suficiente; é imperativo que os educadores compreendam os mecanismos de construção da informação midiática e sua função social, política e cultural no cotidiano escolar.

Contudo, algumas limitações foram identificadas. Em primeiro lugar, grande parte da produção acadêmica ainda apresenta abordagens descritivas, com poucos estudos empíricos que investiguem a eficácia de propostas pedagógicas centradas na alfabetização midiática. Em segundo lugar, a maioria dos textos concentra-se na educação básica urbana, deixando lacunas sobre a realidade de escolas rurais, indígenas ou quilombolas. Tais ausências restringem a generalização das análises e indicam a necessidade de ampliar o escopo das investigações futuras.

Alguns resultados surpreendentes emergiram ao longo da pesquisa, especialmente no que se refere à resistência docente frente ao uso da mídia como objeto de ensino. Em parte, essa resistência pode ser explicada por concepções pedagógicas tradicionais e pela fragilidade das formações iniciais.

Estudos que problematizam esse fenômeno apontam que a alfabetização midiática não deve ser abordada como conteúdo periférico, mas como eixo estruturante de práticas formativas centradas na crítica, na criatividade e na produção colaborativa.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas sejam conduzidas com foco em experiências pedagógicas concretas que envolvam o uso da mídia em contextos escolares diversos, privilegiando metodologias qualitativas e estudos de caso. Além disso, seria relevante investigar os efeitos da alfabetização midiática na formação da consciência crítica dos estudantes e na sua relação com a cidadania digital, bem como a eficácia de políticas públicas voltadas à formação docente nessa área.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo permitiu responder à questão norteadora inicialmente proposta: de que modo a alfabetização midiática pode ser incorporada ao currículo escolar como instrumento de formação crítica para a cidadania digital? A investigação, de caráter bibliográfico, demonstrou que a alfabetização midiática deve ser entendida como componente formativo essencial à educação contemporânea, articulando competências cognitivas, éticas e comunicacionais necessárias à leitura e produção de discursos em ambientes digitais.

Os objetivos delineados foram plenamente alcançados. O objetivo geral, compreender a relevância da alfabetização midiática no contexto curricular da educação básica, foi sustentado pelas análises teóricas, que evidenciaram a presença do tema nas diretrizes normativas atuais, embora sua implementação concreta ainda se mostre incipiente. Os objetivos específicos foram igualmente contemplados: identificou-se o papel da alfabetização midiática na formação para a cidadania digital; analisou-se sua integração no currículo a partir de documentos oficiais e investigações acadêmicas; e discutiram-se os desafios enfrentados pelos professores na operacionalização de práticas pedagógicas críticas envolvendo as mídias.

As conclusões apontam para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à formação docente, à produção de materiais pedagógicos e à institucionalização da alfabetização midiática como dimensão transversal do currículo. A superação das fragilidades observadas depende de investimentos contínuos e da valorização da escola como espaço estratégico para a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e intervir criticamente na realidade mediada por discursos digitais.

Com base nas lacunas identificadas, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise de experiências pedagógicas que efetivamente integrem a alfabetização midiática às práticas escolares, especialmente em contextos públicos e periféricos. Também se recomenda a ampliação dos estudos

empíricos que avaliem os efeitos dessa formação sobre o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes e sua capacidade de atuação cidadã em ambientes digitais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. de; ELIJU, L. M.; JÚNIOR, C. P.; SOUSA, D. T. O.; COSTA, D. L. R.; MALHEIROS, C. de F. A educação midiática e o combate às fake news: preparando estudantes para o pensamento crítico. ARACÊ, v. 7, n. 2, p. 5241-5262, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Educação digital e midiática: diretrizes operacionais para inclusão curricular. Brasília: MEC, 2025.

FONTANA, K. B.; CRUZ, D. M. Letramento midiático no currículo da Pedagogia e nas experiências docentes durante a pandemia da Covid-19. Revista e-Curriculum, v. 21, p. 1-22, 2023.

KABENGUE, N. N.; LIMA, E. G. de; PINTO, A. T.; SANTOS, V. da S.; SANTOS, M. A. dos. Alfabetização midiática: enfoque dos estudos a partir da revisão sistemática da literatura. Educação, Formação & Tecnologias (Edufoco), v. 8, n. 1, p. 86-109, 2023.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. ARACÊ, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13702, 2025.